

CAPÍTULO 2

EPISTEMOLOGIAS SURDAS E PRODUÇÃO FEMININA DE CONHECIMENTOS: AUTORIA, EXPERIÊNCIA VISUAL E RESISTÊNCIA DE MULHERES SURDAS



<https://doi.org/10.68044/dhc0df98>

Larissa Silva Rebouças ¹

*Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe
Docente do curso de Letras-Libras da Universidade Federal de Sergipe e
coordenadora do Grupo de Pesquisa de Educação dos Surdos de Sergipe.*



Priscilla Leonnor Alencar Ferreira ²

*Doutora em Estudos Étnicos e Africanos pelo Programa de Pós-Graduação
Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro).*



Christiane Carpinteiro Lamarão ³

*Mestra em Educação Bilingue pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos;
professora assistente de Educação Especial e Libras na Universidade do Estado
do Rio de Janeiro.*



Sailloane Alandia Soares Simão ⁴

*Mestranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).*



Renata Rodrigues de Oliveira Garcia ⁵

*Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília
Docente do curso de Licenciatura em Letras: Libras da Universidade Federal de
Goiás (UFG).*



RESUMO: O artigo discute as epistemologias surdas a partir da produção feminina de conhecimentos, enfatizando autoria, experiência visual e resistência de mulheres surdas em espaços acadêmicos, educacionais, literários e políticos. Com abordagem bibliográfica e qualitativa, analisa estudos brasileiros sobre autoria feminina surda, pesquisadoras surdas, escrevivências, literatura em Libras, interseccionalidade, protagonismo docente, epistemicídio e violência linguística. Argumenta-se que mulheres surdas produzem saberes ancorados em experiências visuais, corporais, linguísticas e territoriais que desafiam modelos ouvintistas, medicalizantes e patriarcais de legitimação do conhecimento. As produções examinadas evidenciam que Libras, poesia sinalizada, narrativas autobiográficas, docência, militância e pesquisa científica constituem práticas epistêmicas e políticas de autorrepresentação. Conclui-se que reconhecer mulheres surdas como sujeitos epistêmicos exige ampliar sua visibilidade, enfrentar desigualdades interseccionais e legitimar formas plurais de produzir, registrar e circular conhecimentos, especialmente aquelas construídas desde a diferença surda, a memória coletiva e a resistência social em diferentes contextos brasileiros contemporâneos e em suas comunidades linguísticas.

Palavras-chave: Epistemologias surdas; Mulheres surdas; Autoria feminina; Resistência.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre epistemologias surdas desloca a surdez do lugar historicamente definido pela falta, pela correção do corpo e pela tutela de saberes produzidos a partir de parâmetros ouvintes. Nesse deslocamento, a experiência surda passa a ser compreendida como fonte de interpretação do mundo, de produção cultural e de formulação teórica. Quando essa perspectiva é atravessada pela condição feminina, o problema se torna ainda mais complexo, porque a legitimidade do conhecimento produzido por mulheres surdas é disputada em espaços acadêmicos, escolares, literários e políticos marcados por relações de gênero, língua e poder. Patrocínio (2020, p.

259-260) observa que a consolidação de uma concepção socioantropológica da surdez exige romper com a medicalização e reconhecer suas dimensões linguísticas, culturais e identitárias. Ao retomar uma formulação clássica do campo, o autor registra que Wrigley (1996 *apud* Skliar, 2013, p. 23) afirma que “a surdez não é um tema da audiologia, mas de epistemologia”. A passagem permite compreender que discutir mulheres surdas como produtoras de conhecimento implica perguntar quem pode falar, em que língua, mediante quais suportes e sob quais critérios determinados saberes passam a ser reconhecidos como legítimos.

Nesse cenário, a produção feminina surda não se limita à escrita acadêmica convencional. Ela se materializa em pesquisas científicas, docência, narrativas autobiográficas, poesia sinalizada, performances em Libras, ativismo, registros audiovisuais, escrevivências e experiências comunitárias. Müller e Karnopp (2015, p. 1055-1056) demonstram que narrativas de autoria surda produzem marcas culturais vinculadas à experiência de si e à identidade surda como diferença, ao mesmo tempo em que a circulação dessas narrativas amplia a visibilidade do discurso surdo. Patrocínio (2020, p. 254-255), por sua vez, relaciona a autoria feminina surda à materialidade do corpo e à experiência gesto-visual, destacando que relatos biográficos, produções poéticas e performances em línguas de sinais tensionam formas tradicionais de reconhecimento autoral.

Assim, a autoria deixa de ser entendida apenas como assinatura de um texto e passa a designar um gesto político de presença: a mulher surda reivindica o direito de nomear a própria experiência e de produzir categorias para interpretá-la.

A relevância desse debate também se evidencia na ciência. Silveira e Baalbaki (2024, p. 81-82) chamam atenção para a desigualdade de gênero na produção científica e observam que a disparidade se amplia quando se focalizam mulheres surdas. As autoras identificam pesquisadoras surdas atuantes no Brasil e mostram que a visibilidade dessas trajetórias é necessária para contestar um campo acadêmico ainda marcado pelo sexismo. Em diálogo com esse diagnóstico, Tavares (2026, p. 33-34) aponta que a produção brasileira sobre mulheres negras surdas permanece escassa e fragmentada e que determinados limites epistemológicos silenciam experiências constituídas na intersecção entre raça, gênero e surdez. A autora destaca, entretanto, o aparecimento de práticas contra-hegemônicas, entre elas a escrevivência sinalizada e a literatura negra surda, que posicionam essas mulheres como sujeitos políticos e epistêmicos. A tensão entre invisibilidade e autoria constitui, portanto, um dos eixos centrais deste estudo.

Diante disso, este artigo tem como objetivo discutir como mulheres surdas produzem, legitimam e fazem circular conhecimentos a partir da experiência visual, da autoria e de práticas de resistência.

Trata-se de um estudo bibliográfico, de abordagem qualitativa e caráter teórico-interpretativo, construído com base em pesquisas brasileiras que tematizam mulheres surdas na ciência, educação, literatura, movimentos sociais e debates interseccionais. O percurso analítico organiza-se em torno de seis movimentos: a constituição das epistemologias surdas e da experiência visual; a autoria feminina e a autorrepresentação; a presença de mulheres surdas na ciência e na docência; a interseccionalidade e a pluralidade das experiências; a literatura, a poesia e a escrevivência como práticas epistêmicas; e, por fim, o enfrentamento ao epistemicídio e à violência linguística. Essa organização busca evitar a representação da mulher surda como categoria homogênea e evidenciar diferentes posições sociais, raciais, territoriais, linguísticas e culturais presentes nas fontes analisadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Epistemologias surdas e experiência visual

A noção de epistemologias surdas parte do reconhecimento de que pessoas surdas constroem conhecimentos por meio de experiências linguísticas e culturais que não podem ser reduzidas ao déficit auditivo. O campo dos Estudos Surdos contribuiu para deslocar a interpretação clínica da surdez e para afirmar a língua de sinais, a cultura e a experiência visual como dimensões constitutivas da vida social. Müller e Karnopp (2015, p. 1055-1056) mostram que a

narrativa surda produz sentidos sobre a diferença e funciona como artefato cultural em territórios de reivindicação e negociação político-pedagógica. Nesse sentido, o conhecimento não se encontra apenas em conceitos abstratos: ele também se forma na memória, na língua, na experiência corporal, na circulação de histórias e nos modos de organizar visualmente o mundo.

A experiência visual ocupa lugar decisivo nesse processo. Ela não deve ser compreendida como simples substituição funcional da audição pela visão, mas como um modo de relação com a linguagem, com o espaço, com o corpo e com os outros. Siqueira e Oliveira (2026, p. 3-4), ao realizarem entrevista narrativa em Libras com uma mulher negra surda, ressaltam a necessidade de respeitar a experiência linguística da participante e registram que a modalidade visuo-gestual envolve expressões faciais e corporais com funções sintáticas e semânticas. Tal observação é metodologicamente importante: quando a pesquisa acadêmica reconhece a Libras como língua de produção da narrativa, também reconhece que o conhecimento pode ser elaborado originalmente em outra materialidade semiótica e não apenas em português escrito. A tradução para a escrita, nesse caso, é uma etapa de circulação e não a origem do saber.

Essa compreensão repercute diretamente na produção feminina de conhecimentos. O corpo da mulher surda não é somente um corpo sobre o qual se fala, mas um corpo que enuncia, sinaliza, performa,

ensina e pesquisa. A literatura analisada por Patrocínio (2020, p. 254-255) é particularmente elucidativa porque situa a autoria feminina surda na relação entre materialidade corporal e experiência gesto-visual. O autor descreve a passagem de um corpo historicamente silenciado para um corpo que se converte em veículo de discursividade e de contestação. A formulação permite compreender a epistemologia surda como prática situada: o saber emerge de sujeitos concretos, atravessados por relações de poder, e ganha forma em línguas, gêneros discursivos e suportes diversos.

Autoria feminina surda, corpo e autorrepresentação

A autoria feminina surda pode ser entendida como uma disputa pela possibilidade de autorrepresentação. Durante longos períodos, mulheres e pessoas surdas foram descritas a partir de discursos externos que lhes atribuíam incapacidade, dependência ou silêncio. Quando uma mulher surda narra a própria história, registra uma experiência em Libras ou assume publicamente a autoria de uma obra, altera-se a posição discursiva: ela deixa de aparecer somente como objeto de descrição e passa a constituir-se como sujeito que seleciona acontecimentos, organiza memórias, define vocabulários e fórmula interpretações. Patrocínio (2020, p. 255-256) observa que a reivindicação da autoria por mulheres surdas constitui um ato de poder

discursivo, pois atribui identidade e circulação social a discursos provenientes de um grupo historicamente submetido a interdições.

Pensar a autoria feminina surda é estar diante de relatos biográficos, produções poéticas e performances produzidas em línguas de sinais que são formadas a partir de uma experiência ontológica intrinsecamente ligada à materialidade do corpo. Um corpo que foi objeto de violências e silenciamento, um corpo que foi subjugado por relações de saber-poder baseadas em postulados fixados em discursos normativos. [...] No entanto, é esse mesmo corpo que surge enquanto recurso e veículo para a produção de uma discursividade que busca rasurar noções fixas e rígidas. Corpo desobediente que irrompe o silenciamento e performa uma forma de linguagem baseada em uma experiência gesto-visual. (Patrocínio, 2020, p. 254-255).

As autobiografias também operam nessa chave. Araújo e Ramos (2020, p. 93-95), ao compararem obras de Emmanuelle Laborit e Shirley Vilhalva, analisam autorrepresentações femininas surdas nas quais gênero e surdez se articulam. As narrativas permitem observar como experiências pessoais são transformadas em memória social e em leitura crítica das condições impostas às mulheres surdas. O valor epistemológico da autobiografia não decorre de representar de maneira universal todas as mulheres surdas, mas justamente de revelar uma experiência situada, com marcas históricas e culturais específicas. Ao circular, essa experiência pode dialogar com outras trajetórias, oferecendo vocabulários de identificação, divergência e resistência.

A escrita de si, contudo, não é o único suporte de autoria. Müller e Karnopp (2015, p. 1064-1067) indicam que a produção cultural surda circula por diferentes gêneros e que a tradução da experiência para o português escrito pode ampliar a visibilidade da cultura surda, sem que isso elimine a centralidade da Libras e das referências culturais que originam tais narrativas. A coexistência entre português escrito, Libras, vídeo e performance evidencia uma condição de autoria multimodal. Essa característica exige da crítica acadêmica instrumentos capazes de considerar movimento, espacialidade, expressões não manuais, ritmo, montagem audiovisual e corporalidade como elementos de produção de sentido.

É nesse ponto que a experiência visual se transforma em princípio epistemológico e estético. A autoria feminina surda questiona a associação entre conhecimento legítimo e texto alfabético, ao demonstrar que conceitos, memórias, denúncias e argumentos podem ser construídos visualmente. O conhecimento produzido em Libras não é uma versão incompleta de um conteúdo que só se completaria na escrita; constitui produção linguística plena, embora sua circulação acadêmica frequentemente dependa de processos de tradução e registro. Esse reconhecimento é fundamental para evitar que a academia reproduza uma hierarquia de modalidades linguísticas e atribua maior legitimidade aos saberes que chegam ao papel do que àqueles originalmente produzidos em língua de sinais.

Mulheres surdas na ciência e na docência: autoria e legitimidade

A inserção de mulheres surdas na ciência constitui um dos pontos mais explícitos da disputa por legitimidade epistêmica. Silveira e Baalbaki (2024, p. 82) sintetizam a questão ao defenderem a necessidade de “dar visibilidade às pesquisadoras surdas em seus campos de atuação científica”. A afirmação é relevante porque desloca o debate da inclusão entendida como mera presença institucional para o reconhecimento de autoria científica. As pesquisadoras surdas não apenas ocupam universidades; elas formulam problemas, produzem conceitos, orientam pesquisas, participam de grupos acadêmicos e interferem na constituição dos próprios Estudos Surdos. O levantamento realizado pelas autoras localiza dezenas de pesquisadoras surdas no Brasil e evidencia concentração de trajetórias em áreas como Linguística e Educação, mostrando que há uma comunidade intelectual cuja produção precisa ser reconhecida como parte constitutiva da ciência brasileira.

O reconhecimento dessas trajetórias também possui dimensão geracional. Quando pesquisadoras surdas se tornam referências, ampliam as possibilidades de identificação de estudantes e jovens pesquisadoras, mostrando que a posição de sujeito do conhecimento é socialmente possível. Essa visibilidade, entretanto, não deve ser transformada em narrativa individual de superação que apague

barreiras estruturais. Silveira e Baalbaki (2024, p. 81-82) situam a produção científica em contexto ainda marcado por desigualdade de gênero; para mulheres surdas, as assimetrias podem envolver simultaneamente sexismo, barreiras linguísticas, ouvintismo e subestimação de competências. Reconhecer a autoria científica exige, portanto, transformar condições institucionais de acesso, permanência, comunicação e circulação do conhecimento.

A docência constitui outro espaço de produção epistêmica. Lara (2024, p. 15-19), ao focalizar “mulheres-surdas-professoras” no Rio Grande do Sul, atribui a elas papel importante na constituição e na visibilidade da Pedagogia Surda e da educação bilíngue. As narrativas de professoras surdas mostram que a prática pedagógica é também espaço de produção de saberes sobre como estudantes surdos aprendem, interagem e se apropriam da língua. Nessa perspectiva, a professora surda não aparece apenas como modelo linguístico, mas como intelectual da prática educativa, capaz de construir conhecimentos sobre currículo, metodologia, visualidade e relações culturais.

O protagonismo docente amplia a compreensão de autoria porque permite considerar saberes que não se apresentam inicialmente sob a forma de artigo científico. Experiências acumuladas em escolas bilíngues, decisões didáticas, modos de organizar o espaço visual e práticas de mediação em Libras integram uma produção de

conhecimento profissional que pode posteriormente ser narrada, sistematizada e investigada. Lara (2024, p. 16-19) mostra que as professoras participantes de sua pesquisa produzem narrativas sobre as próprias práticas, ligando experiência e reflexão. Desse modo, ciência e docência não constituem esferas isoladas: a produção feminina surda atravessa universidade, escola e movimento social, formando circuitos de saber que se retroalimentam.

Interseccionalidade e pluralidade das experiências de mulheres surdas

Tratar da produção de conhecimentos de mulheres surdas requer recusar a ideia de uma experiência feminina surda única. Pedrosa (2019, p. 165-167) demonstra que identidades de mulheres surdas se constituem em processos interseccionais e podem ser examinadas por meio de narrativas de vida e de trajetórias educacionais. A interseccionalidade permite compreender que gênero e surdez não atuam separadamente nem produzem efeitos idênticos em todas as vidas. Raça, classe, sexualidade, território, pertencimento étnico e acesso à língua criam posições distintas, afetando tanto as formas de violência quanto as possibilidades de participação e autoria.

Costa, Oliveira e Klein (2021, p. 1-3) evidenciam essa dinâmica ao analisarem representações sociais elaboradas por mulheres surdas mirienses sobre si próprias. O estudo desloca o foco das representações produzidas sobre elas para os modos pelos quais

essas mulheres compartilham símbolos, constroem identidades e significam o feminismo. Essa inversão é epistemologicamente importante: o sujeito pesquisado participa da produção de sentidos sobre sua própria condição. A passagem da invisibilidade ao protagonismo depende, assim, da criação de condições em que mulheres surdas possam narrar-se em sua língua e fazer circular suas interpretações.

A necessidade de aprofundar os marcadores raciais aparece de modo contundente em Oliveira Júnior e Santos (2023, p. 1-2). Na revisão realizada pelos autores, pesquisas sobre surdez tendem a privilegiar dimensões linguísticas, enquanto raça, gênero, sexualidade e classe frequentemente permanecem em segundo plano. A crítica não diminui a centralidade da Libras; ao contrário, mostra que o reconhecimento linguístico precisa ser articulado a outras relações de poder. A comunidade surda é heterogênea, e um modelo universal de sujeito surdo pode invisibilizar mulheres negras, indígenas, lésbicas, bissexuais, pobres ou residentes em territórios periféricos.

Tavares (2026, p. 33-34) aprofunda esse diagnóstico ao mapear a produção brasileira sobre mulheres negras surdas. A pesquisa identifica escassez e fragmentação de estudos e sustenta que racismo, sexismo e ouvintismo operam de maneira articulada, produzindo invisibilidade e subalternidade. Ao mesmo tempo, a autora assinala práticas contra-hegemônicas capazes de reposicionar essas mulheres

como sujeitos epistêmicos. Esse resultado é fundamental para o tema deste artigo porque mostra que a disputa pelo conhecimento não se resolve apenas pela presença de mulheres surdas na universidade: é necessário reconhecer quais mulheres conseguem ocupar esse espaço, quais experiências são tomadas como teoricamente relevantes e quais permanecem fora das agendas de pesquisa.

As escritivências analisadas por Siqueira e Oliveira (2026, p. 2-4) tornam concreta essa discussão. A trajetória de uma mulher negra surda é narrada a partir de experiências educacionais e de participação no Movimento Surdo, articulando identidade, resistência e protagonismo. As autoras compreendem a escritivência como escrita ligada à experiência vivida, capaz de transformar sujeitos historicamente silenciados em protagonistas de suas narrativas. O ingresso no ensino superior e a militância aparecem, na pesquisa, como espaços de transformação subjetiva e social. O dado é relevante porque revela que a produção do conhecimento se liga às condições de acesso a comunidades linguísticas, redes políticas e espaços formativos onde a experiência pode ser nomeada e compartilhada.

A dimensão territorial e étnica é enfatizada por Vilhalva (2024, p. 41-43). Ao narrar sua condição de mulher indígena surda, professora, pesquisadora, escritora e poetisa, a autora evidencia que os conhecimentos surdos também se constroem em relações com territórios, ancestralidades, línguas indígenas de sinais e movimentos

sociais. Sua escrita recusa a dissolução da experiência indígena em uma categoria genérica de surdez e mostra a necessidade de pesquisar comunidades nas quais podem coexistir línguas, práticas culturais e histórias distintas. Ao mesmo tempo, o relato expõe formas de invisibilidade de mulheres indígenas surdas e a urgência de garantir direitos linguísticos e culturais.

A interseccionalidade alcança ainda sexualidade e produção artística. Cruz e Rodrigues (2025, p. 223-224), ao analisarem a poética de Yanna Porcino, apresentam a produção de uma artista surda, negra, lésbica e feminista em Libras. As autoras observam que a literatura surda funciona como espaço de resistência e afirmação identitária, e mostram como temas de racismo, pertencimento LGBTQIA+ e autonomia corporal são incorporados à criação poética. O caso evidencia que a autoria artística produz conhecimento social: ao elaborar esteticamente experiências de opressão, a poetisa formula leituras do mundo e amplia repertórios de representação para a própria comunidade.

Literatura, poesia e escrevivência como práticas epistêmicas de resistência

A literatura em línguas de sinais constitui um campo privilegiado para observar a produção feminina de conhecimento. Sousa e Vilhalva (2021, p. 1-3) analisam poesias produzidas por

mulheres surdas e ressaltam que essas obras emergem da comunidade surda e do lugar de fala feminino. A poesia, nesse contexto, registra memórias, vivências, identidades, desejos e tensões que historicamente foram silenciados. O gesto literário não é apenas estético: ele organiza experiências e oferece à coletividade maneiras de interpretá-las. Por isso, a produção literária pode ser compreendida como arquivo cultural e como prática epistêmica.

Essa função aparece com nitidez na poesia política e feminista. Albres e Dias (2021, p. 1-4) analisam a tradução comentada de “International Women Day”, da poetisa surda Angela Eiko Okumura, e discutem escolhas necessárias para transportar para o português escrito uma poesia produzida em Libras. O próprio processo tradutório revela que o sentido da obra depende de recursos visuais, corporais e linguísticos que não encontram equivalência automática na escrita. A tradução comentada, portanto, não apenas difunde o texto: explicita procedimentos de construção de sentido e torna visíveis conhecimentos sobre estética, gênero e língua de sinais.

Medeiros, Santos, Silva e Santos (2021, p. 1-3) mostram que poesias surdas circulantes em slams, saraus, festivais e plataformas digitais tematizam injustiças sociais e direitos humanos. Os autores identificam denúncias de privação linguística, violência racial e de gênero, obstáculos no acesso a direitos básicos e reivindicações LGBTQI+. Esse conjunto evidencia que a poesia sinalizada participa

da esfera pública e atua como forma de interpretação crítica das relações sociais. O saber poético não substitui o conhecimento científico, mas amplia os modos de conhecer e comunicar experiências que poderiam permanecer ausentes de relatórios institucionais ou categorias previamente estabelecidas.

A educação também aparece como objeto de elaboração estética e política. Santos e Albres (2023, p. 240-242) analisam o poema em Libras “Só quero mais giz”, de Victória Hidalgo Pedroni, caracterizando-o como crítica política materializada em poesia visual e como gesto cultural de resistência. A obra evidencia que uma poetisa surda pode transformar conflitos educacionais em discurso artístico, produzindo uma leitura situada sobre escola, poder e comunidade. Quando essa poesia é traduzida e comentada, gera ainda outro nível de produção de conhecimento, pois se discutem formas de significação próprias da língua de sinais e escolhas necessárias para sua circulação em português.

Albres (2024, p. 10386-10394) amplia o debate ao estudar performances literário-poéticas de mulheres surdas relacionadas à opressão e à violência. A autora recupera entrevistas com poetisas surdas e argumenta que conhecer suas histórias e obras constitui mecanismo político de resistência, especialmente diante da invisibilização de escritoras e artistas. As performances analisadas articulam imagens, estéticas, gêneros discursivos e experiências

sociais, mostrando que a literatura em Libras pode produzir sentidos sobre violência de gênero, discriminação e políticas linguísticas. Ao registrar e analisar tais produções, a pesquisa acadêmica contribui para construir memória da autoria feminina surda sem retirar dela sua origem visual e comunitária.

A escrevivência oferece outro caminho para compreender a ligação entre experiência e epistemologia. Vilhalva (2024, p. 42-43) mobiliza esse procedimento para narrar a vida de uma mulher indígena surda e suas buscas por direitos linguísticos, espaço cultural e identidade. Siqueira e Oliveira (2026, p. 2-3) também tratam a escrevivência como forma de articular existência, memória e resistência, ultrapassando o plano individual e alcançando experiências coletivas. Nessas produções, narrar-se não significa apenas relatar acontecimentos; significa construir interpretação sobre processos de exclusão, pertencimento e transformação social. A escrita e a sinalização tornam-se, portanto, práticas de elaboração do vivido.

A convergência entre poesia, autobiografia e escrevivência evidencia um aspecto central: a produção feminina de conhecimentos não pode ser avaliada apenas pelos formatos tradicionalmente reconhecidos pela academia. A presença de vídeos em Libras, performances, entrevistas sinalizadas e narrativas de vida exige ampliar a noção de fonte e de autoria. Trata-se de reconhecer que a

visibilidade não é um adorno que acompanha o conteúdo, mas participa da própria constituição do sentido. Quando esses materiais são preservados, traduzidos e estudados, criam-se arquivos capazes de sustentar pesquisas futuras, fortalecer memórias coletivas e reconhecer genealogias de mulheres surdas produtoras de saber.

Epistemicídio, violência linguística e resistência coletiva

O reconhecimento da produção feminina surda torna-se ainda mais urgente diante de processos de apagamento. Stumpf, Rezende-Curione e Souza (2024, p. 103-105) utilizam o conceito de epistemicídio surdo para analisar formas de desvalorização e marginalização dos conhecimentos e práticas culturais surdas. No caso estudado pelas autoras, a privação de Libras e de educação formal se articula a outras opressões e compromete não apenas a comunicação, mas a possibilidade de participação em comunidades de saber. A ideia de epistemicídio, nesse contexto, permite compreender que o silenciamento não é somente ausência de voz pública: envolve condições sociais que impedem o desenvolvimento, o registro e a transmissão de conhecimentos.

A violência linguística constitui uma das formas concretas desse processo. Perlin e Jung (2024, p. 37-39) mostram que barreiras de comunicação atingem mulheres surdas em contextos de saúde, justiça e segurança e podem impedir que tenham acesso a informações sobre a própria vida. As autoras relacionam a luta contemporânea das

mulheres surdas ao enfrentamento de violência linguística, doméstica, sexual, política e de gênero. Esses diferentes níveis demonstram que o direito à língua possui dimensão epistêmica: sem acesso pleno à informação e sem possibilidade de enunciar-se em Libras, restringe-se a capacidade de decidir, registrar experiências, formular denúncias e participar da produção social de conhecimento.

O caso de mulheres negras surdas evidencia como o apagamento pode ser intensificado. Tavares (2026, p. 33-34) observa que a escassez de pesquisas reproduz limites de visibilidade e pode manter determinadas experiências fora das agendas acadêmicas. Por isso, a autora atribui importância a práticas como a escrevivência sinalizada e a literatura negra surda. Elas não devem ser vistas somente como testemunhos de exclusão, mas como intervenções que criam outros centros de enunciação. O sujeito que anteriormente aparecia fragmentado em categorias produzidas por terceiros passa a elaborar, a partir de sua própria posição, uma leitura das estruturas que o atravessam.

A resistência epistemológica também se manifesta na construção de redes e espaços coletivos. Silveira e Baalbaki (2024, p. 82-92) mostram a presença de pesquisadoras surdas no Brasil; Lara (2024, p. 15-23) evidencia o protagonismo de professoras surdas; e Siqueira e Oliveira (2026, p. 2-4) relacionam ensino superior e movimento social ao fortalecimento identitário. Esses estudos

sugerem que a autoria individual depende de ecologias coletivas de conhecimento: escolas bilíngues, universidades, movimentos surdos, grupos de pesquisa, projetos culturais e redes digitais oferecem condições para que saberes sejam formulados, validados, preservados e transmitidos.

Nesse processo, a circulação em Libras assume caráter estratégico. Se a produção acadêmica sobre mulheres surdas permanecer exclusivamente em português, há o risco de que os próprios sujeitos tematizados tenham acesso restrito aos debates. A existência de artigos acompanhados de versões em Libras, vídeos, entrevistas e poesias sinalizadas amplia as possibilidades de interlocução e favorece a constituição de comunidades epistêmicas surdas. Trata-se de uma questão de coerência: uma epistemologia que reconhece a experiência visual deve também valorizar formas visuais de publicação e circulação do conhecimento.

Assim, enfrentar o epistemicídio surdo significa atuar simultaneamente em diferentes frentes: garantir aquisição e uso da Libras; reconhecer a experiência visual como produtora de conhecimento; ampliar a presença de mulheres surdas em espaços de decisão acadêmica e educacional; combater racismo, sexismo, ouvintismo e outras opressões interseccionais; preservar produções literárias e audiovisuais; e criar critérios de avaliação capazes de reconhecer autoria em modalidades diversas. A resistência não se

limita a negar modelos excludentes. Ela produz novas referências, genealogias e práticas institucionais pelas quais mulheres surdas podem ser lidas e reconhecidas como pesquisadoras, professoras, escritoras, artistas e intelectuais.

Circulação do conhecimento, memória e justiça epistêmica

A produção feminina surda alcança maior potência epistêmica quando encontra condições de circulação, preservação e reconhecimento. Não basta que uma experiência seja formulada; é necessário que ela possa ser registrada em suportes compatíveis com sua materialidade linguística, compartilhada com diferentes públicos e incorporada à memória acadêmica e comunitária. Müller e Karnopp (2015, p. 1055-1068) mostram que a circulação de narrativas surdas amplia a visibilidade cultural e transforma obras em recursos de reivindicação e negociação. No campo da poesia em Libras, Medeiros, Santos, Silva e Santos (2021, p. 1-3) observam a presença de produções em saraus, slams, festivais e ambientes digitais, o que demonstra que os circuitos de conhecimento surdo ultrapassam os espaços formais da universidade. Para as mulheres surdas, essa multiplicidade de canais é particularmente significativa, pois permite construir memória pública de autorias que poderiam permanecer dispersas, pouco documentadas ou submetidas à mediação exclusiva de sujeitos ouvintes.

A justiça epistêmica, nesse contexto, exige atenção aos modos pelos quais os conhecimentos são traduzidos, catalogados, citados e ensinados. Albres e Dias (2021, p. 1-4) evidenciam, por meio da tradução comentada de uma poesia feminista em Libras, que a passagem para o português envolve escolhas interpretativas e não uma simples substituição de palavras. De modo semelhante, Santos e Albres (2023, p. 240-242) demonstram que a tradução de poesia visual demanda explicitação de recursos estéticos e discursivos próprios da língua de sinais. Esses estudos indicam que preservar a autoria feminina surda requer manter visível a língua de origem e reconhecer a tradução como mediação. Quando o registro escrito apaga a performance, o corpo, o ritmo e a espacialidade, corre-se o risco de reduzir a complexidade da produção original. Por isso, arquivos bilíngues e audiovisuais, referências que identifiquem as autoras e práticas de citação que respeitem a origem em Libras constituem estratégias relevantes de reconhecimento.

A construção de memória também depende da formação de genealogias intelectuais e artísticas. Silveira e Baalbaki (2024, p. 82-92) recuperam trajetórias de pesquisadoras surdas; Lara (2024, p. 15-23) registra contribuições de professoras surdas à educação bilíngue; Albres (2024, p. 10388-10394) documenta atuações de poetisas surdas; e Vilhalva (2024, p. 41-43) inscreve a experiência de uma mulher indígena surda no campo da escrita, da pesquisa e dos

movimentos sociais. Considerados em conjunto, esses trabalhos permitem perceber que a produção feminina de conhecimentos não é episódica nem restrita a casos isolados. Há continuidades, referências, aprendizagens intergeracionais e redes de colaboração que precisam ser nomeadas. Uma política de reconhecimento das epistemologias surdas deve, portanto, favorecer a preservação desses acervos, a inclusão de autoras surdas em currículos e bibliografias e a produção de materiais acessíveis em Libras, de modo que novas gerações encontrem não apenas histórias de exclusão, mas também repertórios de pensamento, criação e resistência produzidos por mulheres surdas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida permite sustentar que as epistemologias surdas se constituem por meio de experiências linguísticas, visuais, corporais e culturais que desafiam a redução da surdez a uma condição clínica. Quando focalizada a produção feminina, esse deslocamento evidencia ainda uma disputa de gênero pela legitimidade do conhecimento. As fontes examinadas mostram mulheres surdas atuando como pesquisadoras, professoras, escritoras, poetisas, militantes e autoras de narrativas que interpretam suas próprias experiências. A autoria, portanto, não é um aspecto periférico: ela constitui uma forma de existência pública e de intervenção nos regimes que definem quem pode produzir saber.

A experiência visual emerge como eixo articulador, mas não como elemento homogêneo. As trajetórias analisadas são atravessadas por raça, classe, sexualidade, território, pertencimento indígena, acesso à língua e participação em redes educativas e políticas. A literatura interseccional demonstra que falar genericamente em “mulher surda” pode apagar diferenças relevantes. Por isso, reconhecer sujeitos epistêmicos implica valorizar a pluralidade interna das comunidades surdas e criar condições para que mulheres negras, indígenas, lésbicas e pertencentes a distintos territórios participem da definição dos problemas de pesquisa que lhes dizem respeito.

Também se verificou que os suportes de produção de conhecimento são múltiplos. Artigos científicos e práticas docentes convivem com autobiografias, poemas em Libras, slams, entrevistas audiovisuais e escrevivências. Essas formas não devem ser hierarquizadas de modo automático. Cada uma mobiliza procedimentos específicos de registro, memória e construção de sentido. A poesia sinalizada, por exemplo, pode produzir crítica social e memória coletiva; a escrevivência pode transformar experiência individual em interpretação compartilhada; a docência pode gerar saber pedagógico; e a pesquisa científica pode sistematizar, comparar e teorizar essas produções.

Por fim, o enfrentamento ao epistemicídio e à violência linguística exige mais do que inserir mulheres surdas em espaços já

existentes. Requer transformar critérios de legitimidade, condições de acesso à Libras, políticas de circulação do conhecimento e relações institucionais marcadas por sexismo, racismo e ouvintismo. Dar visibilidade às mulheres surdas significa reconhecer sua presença histórica e contemporânea na produção de conceitos, práticas pedagógicas, expressões artísticas e agendas políticas. Nessa perspectiva, autoria, experiência visual e resistência não constituem temas separados, mas dimensões de um mesmo processo: a afirmação de mulheres surdas como produtoras de conhecimentos capazes de interpelar a academia, a escola e a sociedade e de ampliar os horizontes das próprias epistemologias surdas.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino. Performances literárias-poéticas de mulheres surdas: um estudo documental sobre temáticas e representações de violência contra a mulher surda. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 10386-10406, abr./jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2024.e96132>. Acesso em: 1 jul. 2026.

ALBRES, Neiva de Aquino; DIAS, Larissa Fernandes. “International women day” de Angela Eiko Okumura: tradução comentada de uma poesia política e feminista. **Signótica**, Goiânia, v. 33, e62929, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/sig.v32.62929>. Acesso em: 3 jul. 2026.

ARAÚJO, Danielle Reis; RAMOS, Danielle Cristina Mendes Pereira. Laborit e Vilhalva: da narrativa intimista à análise

comparatista da condição feminina surda. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 53, p. 93-105, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1582>. Acesso em: 5 jul. 2026.

COSTA, Aline Corrêa de Barros da; OLIVEIRA, Waldma Maíra Menezes de; KLEIN, Madalena. Representações sociais de Mulheres Surdas mirienses sobre si: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, v. 26, e215356, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v26e2021a5356>. Acesso em: 7 jul. 2026.

CRUZ, Daniela de Carvalho; RODRIGUES, Rejane Lopes. A interseccionalidade de uma mulher surda, negra, lésbica e feminista na poética de Yanna Porcino. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 63, p. 223-236, jul./dez. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2025.63.1.223-236>. Acesso em: 9 jul. 2026.

LARA, Ana Paula Gomes. “Mulher-surda-professora”: protagonismo na educação de surdos no Rio Grande do Sul. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 15-25, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.15-25>. Acesso em: 11 jul. 2026.

MEDEIROS, Jonatas Rodrigues; SANTOS, Silvana Aguiar dos; SILVA, Gabriela Grigolom; SANTOS, Edvaldo Carmo dos. Injustiças sociais e direitos humanos nas literaturas surdas: olhares emergentes para saberes poéticos. **Revista Sinalizar**, Goiânia, v. 6, e68740, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rs.v6.68740>. Acesso em: 13 jul. 2026.

MÜLLER, Janete Inês; KARNOPP, Lodenir Becker. Tradução cultural em educação: experiências da diferença em escritas de surdos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 1055-1068,

out./dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022015031750>. Acesso em: 15 jul. 2026.

OLIVEIRA JÚNIOR, Ailton Paulo de; SANTOS, Eliana Rosa de Oliveira. O feminismo negro surdo na educação inclusiva. **Revincluso - Revista Inclusão & Sociedade**, Santo André, v. 2, n. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.36942/revincluso.v2i1.848>. Acesso em: 17 jul. 2026.

PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do. “Eu sou surda, tenho a minha voz”: leituras sobre autoria feminina surda. **Criação & Crítica**, São Paulo, n. 28, p. 254-274, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-1124.i28p254-274>. Acesso em: 19 jul. 2026.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. Construção da identidade interseccional: uma análise crítica do discurso sobre mudanças sociais e discursivas de/para mulheres surdas. **Revista do GELNE**, Natal, v. 21, n. 2, p. 165-177, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1517-7874.2019v21n2ID17030>. Acesso em: 21 jul. 2026.

PERLIN, Gladis; JUNG, Ana Paula. O protagonismo contemporâneo da mulher surda e a luta contra todas as formas de violência linguística e de gênero. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 26-40, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.26-40>. Acesso em: 23 jul. 2026.

SANTOS, Ana Gabriela Dutra; ALBRES, Neiva de Aquino. A educação como objeto de luta e expressão literária dos surdos: tradução comentada do poema “Só quero mais giz”. **SCIAS**. Direitos Humanos e Educação, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 240-262,

jan./jun. 2023. Disponível em:

<https://doi.org/10.36704/sdhe.v6i1.7401>. Acesso em: 25 jul. 2026.

SILVEIRA, Luciane Cruz; BAALBAKI, Angela Corrêa Ferreira. Mulheres surdas na ciência: necessária visibilidade. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 79-93, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.79-93>. Acesso em: 27 jul. 2026.

SIQUEIRA, Renata Ferreira; OLIVEIRA, Waldma Máira Menezes de. Contextos educativos e movimento social surdo: escrevivências de uma mulher-negra-surda na Amazônia Tocantina. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 21, e26269, p. 1-18, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.21.26269.023>. Acesso em: 1 set. 2026.

SKLIAR, Carlos. Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, Carlos (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. 6. ed. Porto Alegre: **Mediação**, 2013.

SOUSA, Márcio Jean Fialho de; VILHALVA, Shirley. As poesias licenciosas: interface da escrita feminina surda. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 25, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/edu.2021.251.38>. Acesso em: 2 set. 2026.

STUMPF, Marianne Rossi; REZENDE-CURIONE, Patrícia Luiza Ferreira; SOUZA, Joyce Cristina. Epistemicídio surdo, privação e violência linguística: estudo de caso de Sônia, uma mulher negra surda. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 94-106, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.94-106>. Acesso em: 3 set. 2026.

TAVARES, Andreia. Interseccionalidade e invisibilidade: um mapeamento das pesquisas sobre mulheres negras surdas. **Revista de Estudos Anarquistas e Decoloniais**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 32-

58, 1. sem. 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.59488/6311>. Acesso em: 4 set. 2026.

VILHALVA, Shirley. Ser e estar da mulher indígena surda. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 41-52, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.41-52>. Acesso em: 5 set. 2026.

WRIGLEY, Owen. The politics of deafness. Washington, DC: **Gallaudet University Press**, 1996.